



HAL
open science

O trabalho da masculinidade: exigências subjetivas da facilitação e da pesquisa em um grupo reflexivo para homens autores de violência contra mulheres

Jan Billand, Pascale Molinier

► To cite this version:

Jan Billand, Pascale Molinier. O trabalho da masculinidade: exigências subjetivas da facilitação e da pesquisa em um grupo reflexivo para homens autores de violência contra mulheres. Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro, Instituto Noos, pp.140-171, 2017, 978-85-86132-23-0. hal-02013368

HAL Id: hal-02013368

<https://hal.science/hal-02013368>

Submitted on 10 Feb 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Copyright

HOMENS E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

PESQUISAS E INTERVENÇÕES
NO CONTEXTO BRASILEIRO

ADRIANO BEIRAS
MARCOS NASCIMENTO

ORGANIZADORES

instituto
NOOS

Copyright © 2017 by Instituto Noos

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja digital, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em banco de dados, sem a autorização dos detentores dos direitos autorais.

Produção editorial

Anna Carla Ferreira

Diagramação

Abreu's System

Capa

Laura Arbex | Ilustrarte Design e Produção Editorial

Conselho editorial

Carla Guanaes Lorenzi (USP – Ribeirão Preto-SP)

Emerson F. Raserá (UFU – MG)

Helena Maffei Cruz (Noos – SP)

Leonor M. Cantera (UAB – Barcelona, Espanha)

Marilene Grandesso (Interfacci – SP)

Murilo dos Santos Moscheta (UEM – PR)

Rosana Rapizo (Uerj)

Rosa Maria Macedo (PUC – RS)

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte

H765 Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro / organizado por Adriano Beiras e Marcos Nascimento.– Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017.

280 p.

ISBN 978-85-86132-23-0

1. Violência contra mulher. 2. Gênero – Masculinidades. 3. Violência doméstica – Brasil. I. Beiras, Adriano. II. Nascimento, Marcos. III. Título.

CDU: 396.343.232

CDD: 345.81025

Instituto Noos – Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais
Rua Álvares Borgerth, 27 – Botafogo – 22270-080

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: (21) 2197-1500

www.noos.org.br

noos@noos.org.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

O trabalho da masculinidade: exigências subjetivas da facilitação e da pesquisa em um grupo reflexivo para homens autores de violência contra mulheres*

Jan Billand
Pascale Molinier

Introdução

A psicodinâmica do trabalho é o estudo da dimensão subjetiva do trabalho (entendido no sentido ampliado de “atividade coordenada útil”) (MOLINIER, 2013). Regularmente, pesquisadores que estudam essa questão se deparam com a constatação de que o gênero pode ser compreendido como um produto de, um recurso para, ou ainda um obstáculo no encontro subjetivo com o trabalho. Daí emergiram conceituações originais, como a virilidade social – compreendida como um mecanismo de defesa contra o medo, usado por coletivos masculinos realizando trabalhos arriscados ou ligados ao exercício do poder (DEJOURS, 1987) – ou ainda o cuidado – uma ética que se realiza através de um tipo de trabalho socialmente atribuído às mulheres e a grupos subalternos (MOLINIER, 2012).

Apoiados por essas referências teóricas, estudamos, no âmbito de uma pesquisa de doutorado em andamento, o trabalho de três homens que organizam e facilitam no Brasil um grupo

reflexivo para homens autores de violência contra mulheres. Durante quase dois anos, o pesquisador principal participou com regularidade aos encontros semanais do grupo, registrando sua experiência em diários de campo e buscando compreender mais intimamente o processo de trabalho. Para recolher as próprias palavras dos três facilitadores, realizou também entrevistas em profundidade com cada um deles. As interpretações a seguir são baseadas no conjunto deste material. Na linha da psicodinâmica do trabalho, apresentamos aqui uma interpretação da dimensão subjetiva do trabalho observado, e mais exatamente, da sua *racionalidade pática*, que se define do modo seguinte: “Existem condutas cujo sentido escapa a uma interpretação fundada nas formas de agir ou de racionalidade ‘clássicas’. São condutas orientadas para a preservação de si e cujo sentido só se torna inteligível com o estudo de sua funcionalidade do ponto de vista da saúde mental” (MOLINIER, 2013, p. 80).*

Tratando da atenção integral à saúde dos homens, Schreiber (2012) já identificou que as práticas profissionais representam uma realidade parcial e distinta do plano das políticas, apresentando obstáculos simbólicos e práticos diferentes. A prática se realiza através de corpos, encontros, relações, diálogos em contextos particulares: o modo como a prática impacta

* Ainda citando Molinier (2013, p. 80): “Nas ciências sociais, há diferentes formas de agir (ou de racionalidade) avaliadas como clássicas e observadas nas análises das condutas humanas: o *agir instrumental* objetiva a eficiência no mundo das coisas, a transformação do mundo material e físico; o *agir estratégico* tem por alvo a eficiência no mundo social, quando as pessoas ficam divididas entre o agir instrumental e sua meta material e que essas pessoas são empregadas ou manipuladas com vistas a orientar suas condutas em direção à meta desejada; o *agir moral prático* tem como finalidade o *viver junto*, está orientado para a vida boa (critérios de validação: o justo e o injusto); o *agir expressivo* visa à apresentação de si. Toda ação deve inscrever-se em formas de expressividade para poder ser interpretada e compreendida e assim considerada como legítima (critério de validação: a autenticidade).”

* Este texto é uma adaptação de um artigo a ser publicado em francês no *Bulletin de psychologie*.

a subjetividade dos atores também afeta suas possibilidades e limites. A resposta às necessidades da população não pode ser realizada a custo das necessidades dos profissionais: isso não é apenas um imperativo moral de “decência”; também é uma condição do sucesso da prática, na medida em que os trabalhadores se protegem do adoecimento, inclusive pela resistência às prescrições patogênicas do trabalho.

Diversos autores já observaram que a organização e facilitação de grupos para homens autores de violência contra mulheres confronta os trabalhadores à necessidade de preservar a própria saúde mental (BAILEY; BUCHBINDER; EISIKOVITS, 2011; BAILEY; EISIKOVITS; BUCHBINDER, 2012; BERNARD, 2010; COWBURN, 2000). Os encontros repetidos com os homens autores de violência questionam a identidade dos trabalhadores que também são homens – questionam sua participação à masculinidade, sua possível violência –, podendo trazer consequências sobre sua atuação, limitar seu envolvimento subjetivo, sua empatia, às vezes até o esgotamento. Procuraremos compreender mais em detalhe as estratégias que os trabalhadores desenvolvem para lidar com as dificuldades subjetivas inerentes a este trabalho. Explicitar essas estratégias permitirá seu exame crítico, no intuito de maximizar a convergência entre o bem-estar dos trabalhadores e a produtividade do trabalho.

O trabalho no grupo reflexivo: contexto

O “grupo reflexivo para homens autores de violência contra mulheres” que estudamos é uma iniciativa relativamente isolada e precária, sustentada pela militância* de três homens (que

* O termo “militância” é preferido por eles ao termo “voluntariado” pois, além de restituir a dimensão de compromisso político, evita a conotação de assistencialismo.

designaremos por codinomes: Mário, Vicente, Hélder), se beneficiando do apoio de juízes das varas de violência doméstica contra a mulher, que encaminham a maioria dos homens que participam ao grupo, assim como de um coletivo feminista, que empresta o local, e costuma apoiá-los em negociações com órgãos públicos, graças à sua inserção duradoura no campo do enfrentamento à violência contra mulheres.

Embora o trabalho tenha como ponto de partida a experiência particular de cada participante, o objetivo do grupo não é terapêutico e sim educativo, enfatizando a dimensão sócio-histórica na violência dos homens e não apenas a sua dimensão individual, em convergência com as recomendações oficiais (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011). O papel dos facilitadores é ajudar os participantes a alcançarem, com base nas suas próprias experiências compartilhadas, uma compreensão do contexto social e histórico por trás dos fenômenos que os afetam pessoalmente. Ao incluir essa dimensão psicossocial do cuidado (PAIVA, 2012), e ao conceber os participantes como parceiros e não como objetos de intervenção, este trabalho se aproxima da atual tendência internacional para o trabalho de prevenção da violência masculina na área da saúde (JEWKES; FLOOD; LANG, 2015).

A participação dos homens se inicia por um convite feito pelos juízes aos homens autuados por infração à Lei Maria da Penha. Os “voluntários” se comprometem a participar de 16 reuniões semanais do grupo, o que representa o cumprimento antecipado de uma medida socioeducativa. Além desses “homens autores de violência” (essa denominação foi escolhida para definir o trabalho, embora alguns homens não se reconheçam como tais), também participam do grupo diversos convidados: jornalistas, trabalhadores sociais curiosos de conhecer o trabalho, estudantes universitários realizando estágios ou pesquisas (como no caso do pesquisador)... Entretanto, o gru-

po admite apenas homens, inclusive entre os facilitadores: essa regra foi estabelecida após observarem que a presença de mulheres cria tensões e coloca os homens na defensiva, inibindo o processo reflexivo almejado (PRATES; ANDRADE, 2013).

Ao entrar no grupo, muitas vezes os homens autuados se queixam do tratamento recebido por parte da polícia e/ou da justiça. Dizem que não foram ouvidos ou não foram levados a sério. Querem que o grupo ouça sua própria versão dos acontecimentos. São angustiados pela sua repentina assimilação à certa monstruosidade, uma mistura de patologia individual e atraso cultural. Rapidamente, o encontro com seus pares no grupo os tranquiliza, confirmando seu pertencimento a uma forma de normalidade masculina. Os facilitadores procuram então ensinar o grupo a ouvir os relatos desses homens “normais” (que se reivindicam trabalhadores, pais de família etc.) autuados por violência contra uma mulher – a fim de problematizar essa norma.

Essa compreensão da violência como “normal” faz sentido de um ponto de vista sociológico e psicopatológico, mas contrasta com o senso comum. Isso é um motivo da frequente incompreensão do trabalho: incompreensão por parte de jornalistas que acham que trata-se de “ensinar machões a serem bons maridos” (expressão usada no título de um artigo escrito a respeito do trabalho), sem perceber que o ideal do “bom marido” representa mais um problema do que uma solução; incompreensão por parte da Justiça, que pede a “ressocialização” dos homens – como se eles já não fossem perfeitamente socializados – ou seja, ignorando que o problema é inerente à socialização, não à sua falta ou seu fracasso. Incompreensões até por parte de militantes feministas que exigem que os facilitadores sejam mais incisivos, menos tolerantes com aquela socialização, como se a disputa retórica e o adestramento comportamental fossem caminhos possíveis para a “desconstrução” de um modo de ser sustentado por uma cultura viva e de ampla difusão social. Todas essas incompreensões criam dificuldades para os facilitado-

res na hora de comunicar sobre o sentido do seu trabalho: essa constatação foi uma das motivações iniciais da pesquisa que deu origem a este texto.

Uma reflexão prévia: o apagamento da feminilidade em um abrigo para mulheres violentadas

Começarei comentando um artigo da psicóloga francesa Liliana Saranovic intitulado “Trabalhadoras sociais em uma casa abrigo de mulheres espancadas*: como permanecer mulher sem ser feminista?” (SARANOVIC, 2001). Suas interpretações embasaram a reflexão apresentada na continuação.

Nessa casa-abrigo francesa, onde o trabalho é inteiramente realizado por mulheres e para mulheres, Saranovic afirma que o simples fato de “continuar sendo mulher” se torna um problema, inclusive para a própria autora, presente “em qualidade de mediadora com o objetivo de fomentar a discussão acerca do trabalho”. No campo, Saranovic encontra muita dificuldade para elaborar a situação com a qual se depara. Constantemente ela deve lutar contra “a resistência da [sua] própria subjetividade” (SARANOVIC, 2001, p. 140). Reflexivamente, ela atribui seu “emaranhamento” ao confronto das trabalhadoras – e o seu próprio confronto – à “arbitrariedade” e à violência das “relações sociais de sexo”**, na forma de uma constatação inevi-

* Mantivemos o termo de “mulheres espancadas” (tradução do francês “femmes battues”), pois transmite o imaginário social vigente no contexto. Essa expressão distinta da terminologia hoje consagrada (“mulheres em situação de violência”) reflete também a data de publicação do artigo (2001), anterior à institucionalização da luta contra a violência contra as mulheres com base na sociologia feminista.

** A noção de “relações sociais de sexo”, no feminismo materialista francês, coexiste com a noção de gênero (CISNE, 2014). Falar de relações sociais de *sexo* e não “de gênero” decorre da crítica por Christine Delphy (1998) do naturalismo implícito nas definições dominantes do gênero. Nessas definições,

tável e perturbadora: “Eu sou uma mulher... como as mulheres espancadas. A razão pela qual as mulheres espancadas o são é que elas são, como eu, mulheres” (SARANOVIC, 2001, p. 149).

Ser identificada a uma mulher espancada é uma experiência dolorida e desestabilizadora. Eu me dei conta disso no dia em que uma residente me perguntou: “Você é a nova residente?” Na mesma noite, eu confessei para mim mesma que essa pergunta tinha produzido em mim o efeito de uma bofetada. Eu não tinha nenhuma vontade de ser comparável a uma mulher espancada e, espontaneamente, nenhuma vontade de refletir sobre a razão pela qual isso me era tão desagradável! Será que a mesma coisa acontecia com as trabalhadoras sociais? (SARANOVIC, 2001, p. 140)

A experiência direta ou indireta dessa semelhança deveria – de acordo com a autora – dar lugar a um posicionamento ético solidário entre mulheres. No entanto, a equipe atual parece ter perdido a base feminista que caracterizava “a antiga equipe” fundadora da casa-abrigo.

o sexo representaria uma diferença biológica preexistente em cima da qual são criados sentidos, identidades e organizações sociais (o gênero). Delphy critica essa tendência em explicar fatos sociais (o gênero) com base em fatos supostamente não sociais (o sexo). Para ela, a diferença (sexual) só se torna socialmente significativa quando é invocada para legitimar uma desigualdade (de gênero). Como fato social, essa diferença é um produto e um pretexto da desigualdade de gênero, não sua causa – assim como as diferenças entre “raças” são o produto e o pretexto da desigualdade racial, não sua causa. A expressão “relações sociais de sexo” refere assim especificamente à distinção e subordinação da categoria “mulheres” em relação à categoria “homens”, sem portanto pressupor que tais categorias tenham algum fundamento natural – do mesmo modo que usamos a expressão “relações raciais” sem que isso implique acordar crédito à existência das “raças” no plano biológico.

A identificação ao grupo mulheres não sendo mais sustentada pela militância, o lema “somos todas mulheres violentadas” só pode ser ouvido agora no sentido literal, assim como eu mesmo o recebi em plena face quando uma residente me perguntou se eu era “a nova residente”. O que fazer com tal identificação negativa?

Saranovic mostra que por falta de uma mediação feminista na relação das trabalhadoras às mulheres acolhidas, a identidade feminina se torna tão angustiante quanto a própria violência, e como tal, ela é negada. A consciência política, mas também o hábito de zombar e rir de si mesmo, características da “antiga equipe”, tinham esse papel mediador; porém, no discurso da equipe atual, tais características são assimiladas a uma falta de “profissionalismo”. O “profissionalismo” adquire aqui o estatuto de uma “ideologia defensiva de ofício” (DEJOURS, 1987)*: ele permite que seus membros se diferenciem das mulheres que acolhem, e da identidade feminina que as une, assim como do feminismo que representaria a atitude inversa, consistindo em afirmar “somos todas mulheres violentadas”, assumindo a identificação no plano político. As trabalhadoras conseguem até usá-lo para negar a sua própria inscrição nas relações sociais de sexo: chamam-se entre si de “os profissionais”; exibem seu desafeto e aberto desprezo a respeito de tudo que relembra a feminilidade – o coquetismo, a sedução – e de todas as tarefas tradicionalmente femininas: higiene, manutenção da ordem, escuta empática...

* Tal ideologia defensiva “emerge em situações extremas de sofrimento onde não há mais espaço de discussão para remanejar a relação à organização do trabalho de um lado, onde a renúncia dos agentes a qualquer ação de melhoria se traduz pela aparição de uma prática dominante de denúncia e pelo esforço desesperado para manter a coesão dos agentes entre si por referência ao inimigo comum” (DEJOURS, 1987, p. 60-61).

Essa ideologia defensiva acaba deteriorando o sentido do trabalho, na medida em que a diferenciação dificulta a relação, tanto entre as trabalhadoras como com as mulheres acolhidas. Essas últimas são, muitas vezes, culpadas pela violência que sofrem, “a ponto que algumas residentes se queixam... de se sentir melhor junto ao seu marido do que na casa-abrigo!” (SARANOVIC, 2001, p. 139). Quando, apesar disso, um encontro empático acontece, as emoções soterradas saem jorrando, provocando choros sobre os quais “os profissionais” não sabem o que fazer e que procuram esconder.

No entanto, essa estratégia defensiva das trabalhadoras consiste apenas em afastar de si o problema – a violência dos homens contra as mulheres – sem enfrentar a sua causa. A violência dos homens continua constituindo uma ameaça cotidiana inclusive para a segurança das trabalhadoras. Nisso a ideologia defensiva se torna claramente patológica: a negação do perigo encoraja um grave “relaxamento que caracteriza a relação com a segurança no centro de acolhimento”, onde “se pode entrar sem nenhum controle” (SARANOVIC, 2001, p. 142).

Em síntese, este trabalho parece deixar um “resto”, um impensado considerável: o medo negado dos homens violentos. “Como se defender contra sombras? Contra uma ameaça que não tem rosto? E que não é nem evocada no imaginário coletivo?” (SARANOVIC, 2001, p. 148). A única parte do enigma que continua acessível à consciência das trabalhadoras é “o entorpecimento do corpo e da inteligência – nos termos de uma delas, a sensação de afundar-se nas emoções” (SARANOVIC, 2001, p. 147).

Ampliando o alcance das análises de Saranovic, sugerimos que a constatação da arbitrariedade e da violência das relações sociais de sexo é tão angustiante que a maioria dentre nós – homens e mulheres – aprende a evita-la ao longo da socialização. A cultura, e em particular a separação entre público e privado, contribui particularmente para facilitar essa esquiv

ou omissão, como atesta o ditado “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Ademais, a ideia segundo a qual uma mulher é, de algum modo, individualmente “responsável” pela violência que sofre, não se encontra apenas na equipe descrita por Saranovic: pelo contrário, ela é muito presente em nossas culturas (DUNN; POWELL-WILLIAMS, 2007; TERRA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2015). Entretanto, o trabalho em contato com mulheres violentadas, através dos encontros empáticos que propicia, põe em xeque essas defesas: por isso faz surgir angústias até então não elaboradas, apenas evitadas ou contidas pela cultura.

Neste âmbito, o feminismo representa um esforço para dar sentido – um sentido político – àquele “resto” ou inconsciente cultural levantado pelo trabalho. A análise de Saranovic sugere, embora através de um contraexemplo, de que modo a crítica feminista poderia contribuir de modo crucial para a integridade psíquica das trabalhadoras confrontadas por seu trabalho à arbitrária violência das relações sociais atravessadas pelo gênero.

O trabalho do pesquisador: uma masculinidade contrariada

Voltamos agora para o nosso objeto: o trabalho junto a homens autores de violência contra mulheres. Nesta seção, procuramos compreender os efeitos deste trabalho sobre a subjetividade masculina, tomando como ponto de partida a experiência do pesquisador. Como Saranovic, este se deparou, no campo, com a resistência da sua própria subjetividade, e foi através dela que construiu sua compreensão do sofrimento da equipe. Partimos do princípio que a mobilização da subjetividade dos pesquisadores não é um erro ou uma forma de desvio em relação à ciência; ela serve ao conhecimento. Georges Devereux o

problematizou ao ampliar para as situações etnográficas o termo psicanalítico de contratransferência (DEVEREUX, 1967). Tratando do sofrimento no trabalho, não há reprodutibilidade pois essa análise sempre depende do encontro empático entre os pesquisadores e as pessoas no campo, envolvendo sempre seus corpos e afetos, mesmo nas atividades mais intelectuais ou menos relacionais (MOLINIER, 2011). Por isso o trecho a seguir é redigido por Jan Billand usando a primeira pessoa do singular.

Num primeiro momento, o trabalho que eu observava me pareceu, surpreendentemente, uma evidência. Eu compartilhava com os facilitadores meu prazer em participar do grupo. Isso contrastava com as reações das pessoas quando eu revelava o objeto da minha pesquisa. Respondiam regularmente: “Deve ser difícil” ou ainda “Eu não poderia”. Porém eu observei o mesmo prazer em diversos outros estudantes que, como eu, conheceram o trabalho “por dentro”, assim como entre os facilitadores do grupo. Eu atribuo este prazer à troca de experiências e aprendizagens que o grupo permite para muitos homens.

Como eu, os facilitadores trabalharam em coletivos feministas e isso suscitou sua curiosidade em direção aos outros homens e a si mesmos enquanto homens. O modo como mulheres conversam entre si no âmbito da militância, o caráter esclarecedor e emancipatório daquelas trocas de experiências íntimas, nos leva a perceber que nunca conversamos entre homens do mesmo modo, e que ignoramos quase tudo a respeito da vivência dos outros homens. O intuito do grupo reflexivo é fomentar este tipo de troca. Ao participar, descobri que eu tinha algo a aprender da experiência dos participantes, apesar de não ser, como eles, processado por violência contra uma mulher: ouvi-los me ajudou a entender e melhorar minhas próprias relações com as mulheres.

Neste primeiro momento eu me esforcei para encontrar uma linguagem acadêmica capaz de dar sentido a essa experiência.

No entanto, após aproximadamente dois anos dessa participação, ocorreu uma sequência de eventos que impactaram a minha subjetividade de modo brutal e imprevisto: de repente eu descobria que eu não era mais capaz de dialogar com os outros participantes. Ao ouvir os seus relatos, eu era tomado por um incômodo crescente e até uma franca indignação. Isso me levava a ocupar cada vez mais espaço nas conversas do grupo, provocando cada vez mais discussões e conflitos ao adotar posturas acusadoras. Eu saía dessas discussões com a impressão de que os outros participantes não podiam me compreender, de não ter nada em comum com eles.

Os facilitadores me avisaram que eu não podia adotar tais atitudes no grupo. Confuso, eu acabei interrompendo a minha participação, com receio de recair nessas atitudes: eu precisava compreender o que me afetava. Este episódio produziu em mim a impressão de afinal ter realizado meu “verdadeiro” encontro com o campo; que eu tinha acabado de entrar em contato com o problema que eu iria dali por diante me consagrar a compreender.

Retrospectivamente, eu considero que minha irritação e minha indignação se deveram a um conjunto de fatores. Por um lado, me pareceu que eu tinha aprendido tudo que eu podia aprender no contato com os homens, e foi como se eu não visse mais nenhum motivo para reconhecer que tínhamos algo em comum. Por outro lado dois incidentes perturbadores encorajaram minha ruptura e diferenciação. O primeiro é o meu encontro com um rapaz da minha idade que participou junto comigo durante um tempo das reuniões do grupo no âmbito dos seus estudos. Porém este rapaz manifestou uma aversão imediata pelos outros participantes. Ao questioná-lo sobre este assunto, eu descobri que essa diferença entre nós se devia ao fato de que ele era homossexual e eu não: por isso não éramos igualmente afetados pelo “machismo” que impregna as conversas entre homens. Assim

descobri que minha própria adesão inicial ao trabalho do grupo não era uma evidência, e “pior”, que ela podia ser lida como uma convivência entre privilegiados.

O segundo incidente é a minha recepção de uma longa mensagem da minha mãe, após uma conversa telefônica na qual eu tinha lhe falado das minhas reflexões a respeito da pesquisa. Preocupada ao constatar a empatia que eu manifestava em direção dos homens autores de violência – desprezando, segundo ela, a experiência das mulheres –, ela se perguntava se eu não precisaria de um acompanhamento psicológico, e concluía dizendo que me amaria “mesmo assim” se eu persistisse naquele rumo.

Meu trabalho de campo afetava minhas relações mais íntimas; algo escapava ao meu controle. Eu não me reconhecia na imagem que eu transmitia aos outros. A angústia dessa alienação me conduziu, de modo semiconscente, a mudar minha atitude no âmbito do grupo de homens: progressivamente eu comecei a tomar partido pelas mulheres.

Essa nova atitude fez com que eu reparasse a parcialidade do ponto de vista dos (outros) homens a respeito de suas experiências de conflito conjugal, ou seja, o modo como se recusam a considerar as ações das mulheres que os denunciaram como compreensíveis ou racionais. Eu me lembro em particular de um dia ter reparado que, entre as mulheres das quais os homens falavam no âmbito do grupo, existiam algumas regularidades: o caráter incompreensível da agressividade que demonstravam perante o cônjuge, e a frequência com a qual eram portadoras de diagnósticos psiquiátricos (em geral, bipolares: a histeria parece fora de moda). Ora, minhas frequentações e leituras feministas me conduziram a ler nessas regularidades os rastros de vozes femininas silenciadas. Eu tentei transmitir para os outros homens minhas próprias interpretações a respeito daquelas mulheres, inicialmente persuadido que compartilhariam meu desejo de compreendê-las. Porém, se alguns homens efetivamente se mos-

travam interessados, eles não se arriscavam a contribuir ao meu esforço; por outro lado, os outros participantes reagiam com a maior indignação.

Esses homens que minha tentativa de compreender as mulheres enfurecia eram aqueles que tinham acabado de perder sua casa, suas crianças, sua reputação ou ainda sua condição de réu primário, tudo isso “pela culpa” daquelas mulheres. “Compreendê-las” estava fora de questão: os seus próprios sofrimentos já exigiam toda sua atenção e reclamavam os cuidados exclusivos do grupo. É essa recusa – categórica ou tímida – dos homens do grupo de me acompanhar nos meus próprios questionamentos que foi o pretexto da minha ruptura com eles: de repente tornava-se evidente para mim que não éramos do mesmo “time”, ou ainda, que não pertencíamos ao mesmo “gênero”.

Através dessa ruptura, o trabalho dos três facilitadores de repente se constituía como enigma aos meus olhos, embora eu pensasse até então compreendê-lo intuitivamente: como eles faziam para suportar a longo prazo a parcialidade inerente ao diálogo com aqueles homens, sendo como eu sensibilizados ao feminismo? Não basta reconhecer a necessidade de uma postura empática: ainda é preciso compreender quais recursos concretos são imprescindíveis para manter tal postura com o tempo. Como compreender que, a contramão da minha experiência, os relatos dos facilitadores evocam a progressiva melhoria da sua relação com os homens?

Somos todos homens violentos?

Este relato corresponde à experiência de uma testemunha: um pesquisador inserido em um contexto específico. No entanto, ele pode ser usado para acessar, por contraste e também por analogia, alguns aspectos da experiência dos facilitadores. O

mesmo vale para a análise de Saranovic a respeito do trabalho em abrigo de mulheres. Embora Liliana Saranovic e Jan Billand estejam descrevendo experiências distintas e, além de tudo, malsucedidas, ambos os relatos podem ajudar a compreender o modo como os facilitadores alcançam certo sucesso no seu próprio trabalho sem cair nos mesmos impasses.

O estudo de caso de Saranovic sugere que a rejeição das trabalhadoras do abrigo de mulheres para tudo que remete ao feminino é um produto do seu encontro com o trabalho, não algo preexistente. Diferenciar-se da feminilidade é uma estratégia defensiva que visa acentuar a diferença entre as trabalhadoras e as mulheres acolhidas, de modo a não identificar-se como uma potencial mulher violentada e/ou não atrair para si as represálias masculinas.

A rejeição que conduziu o pesquisador a duvidar bruscamente do seu pertencimento a uma masculinidade comum poderia ser compreendida também como uma estratégia defensiva? Participar do trabalho no grupo confronta muitos homens à descoberta da sua semelhança com os homens acusados de violência. De acordo com os próprios facilitadores, esses homens são indistinguíveis dos “homens da rua”, ou ainda, se parecem com alguns homens das suas próprias famílias. Suas histórias só se distinguem pela denúncia por violência e a subsequente intervenção do Estado em suas vidas. Os atos de violência são considerados por eles mesmos como erros justificáveis: trata-se de ameaças, uma invasão de domicílio, empurrões, um tapa, alguns golpes... mas “tem que ver o nosso lado”, imploram os participantes: aquela mulher fez da vida deles um inferno, a ponto que um dia “perderam o controle”. Esses homens se voltam para nós com uma pergunta: podemos afirmar que, no lugar deles, teríamos reagido diferentemente?

Essa pergunta reiterada conduz muitos homens a repensarem sua própria relação com as mulheres: trata-se de um elemento muito produtivo da intervenção. Porém, também impli-

ca algo ideologicamente problemático, pois deixa entender que a vítima “provocou” a violência: isso contradiz a representação da violência contra as mulheres que serve de base à legitimidade da Lei Maria da Penha. Há algo tranquilizador em acreditar que as mulheres não transgridem as normas da feminilidade, nem guardam algum ressentimento frente à desigualdade de gênero, e que aquelas que apanham o fazem caladas e submissas; do ponto de vista feminista, essa representação idealizada das vítimas é uma armadilha capaz de silenciar as mulheres (COMPROMISSO E ATITUDE; WIECKO, 2014; GOMES, 2013; MOLINIER, 2004; RUBIN, 1993). Além disso, deixa acreditar que os homens presos pela Lei Maria da Penha são indivíduos que, absurdamente, bateriam sem motivo, por puro “mau caráter”. Descobrimos, ao sermos confrontados a repetidas histórias de mulheres “loucas”, “maldosas”, “provocadoras”, que compreendemos as “razões” dos homens, o que questiona as bases das nossas representações da feminilidade e da vida conjugal: as mulheres podem reagir, inclusive com violência, à ordem patriarcal? Uma mulher pode ser tão “ingrata” a ponto de mandar seu parceiro para a cadeia? Isso não levaria qualquer homem (heterossexual?) a se perguntar em qual medida ele não seria também susceptível de exercer alguma violência contra uma mulher (“dessas”)? Mesmo quem se considera pessoalmente incapaz de qualquer violência ainda é confrontado à possibilidade de estar convivendo com outros homens autores de violência, sem sabê-lo (ANCHIETA; GALINKIN, 2014) – ou ainda, estar sustentando essa violência através da sua “indiferença de privilegiado” (TRONTO, 1993).

Em vez de encarar essas possibilidades, podemos ser tentados a rejeitar os relatos dos homens como sendo, de algum modo, de má-fé, ou ainda, de acordo com o jargão técnico vigente na área, “distorcidos”: isto significa recusar-se a dialogar com os participantes (AUGUSTA-SCOTT, 1999; BROWN, 2002; COWBURN, 2006). Essa postura é uma defesa contra a angústia

gerada pela “escuta arriscada” da vivência subjetiva do outro (DEJOURS; DESSORS; MOLINIER, 1994). O modo como diversos homens invocam seu compromisso com o feminismo como justificativa para não ouvir o que os homens querem dizer evoca o “profissionalismo” do qual reclamam as trabalhadoras do abrigo de mulheres descritas por Saranovic: “os profissionais” do abrigo manifestam pouca solidariedade com as mulheres que acolhem, na medida em que se recusam a reconhecer-se como potenciais alvos da violência masculinas – isto é, como mulheres; de modo semelhante, a sensibilidade feminista permite ao pesquisador se isentar da responsabilidade coletiva dos homens pela violência exercida por alguns deles contra as mulheres*. Concretamente, essa isenção de responsabilidade corresponde à saída do grupo operada pelo pesquisador, justificando-se pela ideia confortável de que ele não seria “capaz” de dialogar com os homens sem provocar conflitos.

Além do pesquisador, outros homens, observadores ou participantes, também manifestaram a mesma tendência à diferenciação, seguida pela sua ruptura precoce com o grupo, apesar de uma participação inicialmente entusiasta. Globalmente, os facilitadores representam a atitude inversa: em vez de cultivar sua diferença, eles tendem a cultivar aquilo que os aproxima dos participantes. Um exemplo disso é o seguinte extrato da entrevista realizada com Mário, no qual ele evoca a sua participação em projetos de prevenção da Aids no âmbito de sindicatos operários – prática que influenciou seu atual trabalho.

* Isso remete à análise por Jeff Zimmerman (2014) da onda humorística de “nem todo homem” que floresceu algum tempo atrás nas redes sociais feministas. Trata-se de uma maneira de ridiculizar a pressa com a qual muitos homens afirmam, em meio a conversas sobre diversos assuntos feministas, que não se pode responsabilizar o conjunto dos homens pela opressão das mulheres, pois alguns homens são “diferentes” – a começar, é claro, por eles mesmos.

Quando eu e o Vicente nos apresentamos diante de um grupo, nós somos bem caricatura de um homem, não é? Os dois têm barba, antigamente os dois tinham cabelo comprido, de moto, nós representamos o homem assim, pam! E quando a gente começa a conversar com os homens, eles vão percebendo que a gente... é diferente! A gente fala de sentimentos, fala de coisas profundas. E eles ficam assim: “Espera aí. Mas esse cara de um metro e oitenta [...] está falando de um jeito que não cola à figura, à imagem com a qual ele fala”. Uma das coisas que eu aprendi, no movimento de Aids [...], era interessante: a gente ia fazer intervenção, e quando tinha um técnico com autoidentificação do movimento gay falando para os homens no sindicato, os homens no sindicato não reconheciam aquele homem como homem, e não reconheciam a mensagem. [...] E quando eu chegava e discutia com eles, e falava das coisas que eles sabiam, e que eu sabia que eles sabiam, eu conseguia encontrar uma mensagem que... mexia com eles [...]. Porque eu falava diretamente para o cara que tinha uma postura heterossexual, misógina, homofóbica, racista, e eu falava direto para ele. E ele entendia. [...] E o Vicente sacou isso também. Já que se a gente se mantém com a boca fechada, ninguém vai perceber o que a gente está pensando, vai falar que nós somos homens... Trogloditas... Os mesmos homens da sociedade. [...] Aí é porque eu não preciso da “maquiagem” de gênero [...].

Na área da prevenção da Aids, recorrer à competência cultural dos “pares” é uma estratégia amplamente reconhecida (UNAIDS, 1999). No trabalho junto a homens “agressores”, entretanto, muitas vezes a semelhança ou a simpatia excessiva com o “público-alvo” é malvista (BAILEY; EISIKOVITS; BUCHBINDER, 2012; BROWN, 2002). Porém, a experiência de Mário (e a do pesquisador) ilustra o fato de que os homens autores de violência tendem a ouvir somente os homens que se parecem com eles, e sobretudo, que praticam os mesmos “jogos de linguagem masculinos” (COWBURN, 2006) – isso constitui um

gerada pela “escuta arriscada” da vivência subjetiva do outro (DEJOURS; DESSORS; MOLINIER, 1994). O modo como diversos homens invocam seu compromisso com o feminismo como justificativa para não ouvir o que os homens querem dizer evoca o “profissionalismo” do qual reclamam as trabalhadoras do abrigo de mulheres descritas por Saranovic: “os profissionais” do abrigo manifestam pouca solidariedade com as mulheres que acolhem, na medida em que se recusam a reconhecer-se como potenciais alvos da violência masculinas – isto é, como mulheres; de modo semelhante, a sensibilidade feminista permite ao pesquisador se isentar da responsabilidade coletiva dos homens pela violência exercida por alguns deles contra as mulheres*. Concretamente, essa isenção de responsabilidade corresponde à saída do grupo operada pelo pesquisador, justificando-se pela ideia confortável de que ele não seria “capaz” de dialogar com os homens sem provocar conflitos.

Além do pesquisador, outros homens, observadores ou participantes, também manifestaram a mesma tendência à diferenciação, seguida pela sua ruptura precoce com o grupo, apesar de uma participação inicialmente entusiasta. Globalmente, os facilitadores representam a atitude inversa: em vez de cultivar sua diferença, eles tendem a cultivar aquilo que os aproxima dos participantes. Um exemplo disso é o seguinte extrato da entrevista realizada com Mário, no qual ele evoca a sua participação em projetos de prevenção da Aids no âmbito de sindicatos operários – prática que influenciou seu atual trabalho.

* Isso remete à análise por Jeff Zimmerman (2014) da onda humorística de “nem *todo* homem” que floresceu algum tempo atrás nas redes sociais feministas. Trata-se de uma maneira de ridicularizar a pressa com a qual muitos homens afirmam, em meio a conversas sobre diversos assuntos feministas, que não se pode responsabilizar o conjunto dos homens pela opressão das mulheres, pois alguns homens são “diferentes” – a começar, é claro, por eles mesmos.

Quando eu e o Vicente nos apresentamos diante de um grupo, nós somos bem caricatura de um homem, não é? Os dois têm barba, antigamente os dois tinham cabelo comprido, de moto, nós representamos o homem assim, pam! E quando a gente começa a conversar com os homens, eles vão percebendo que a gente... é diferente! A gente fala de sentimentos, fala de coisas profundas. E eles ficam assim: “Espera aí. Mas esse cara de um metro e oitenta [...] está falando de um jeito que não cola à figura, à imagem com a qual ele fala”. Uma das coisas que eu aprendi, no movimento de Aids [...], era interessante: a gente ia fazer intervenção, e quando tinha um técnico com autoidentificação do movimento gay falando para os homens no sindicato, os homens no sindicato não reconheciam aquele homem como homem, e não reconheciam a mensagem. [...] E quando eu chegava e discutia com eles, e falava das coisas que eles sabiam, e que eu sabia que eles sabiam, eu conseguia encontrar uma mensagem que... mexia com eles [...]. Porque eu falava diretamente para o cara que tinha uma postura heterossexual, misógina, homofóbica, racista, e eu falava direto para ele. E ele entendia. [...] E o Vicente sacou isso também. Já que se a gente se mantém com a boca fechada, ninguém vai perceber o que a gente está pensando, vai falar que nós somos homens... Trogloditas... Os mesmos homens da sociedade. [...] Aí é porque eu não preciso da “maquiagem” de gênero [...].

Na área da prevenção da Aids, recorrer à competência cultural dos “pares” é uma estratégia amplamente reconhecida (UNAIDS, 1999). No trabalho junto a homens “agressores”, entretanto, muitas vezes a semelhança ou a simpatia excessiva com o “público-alvo” é malvista (BAILEY; EISIKOVITS; BUCHBINDER, 2012; BROWN, 2002). Porém, a experiência de Mário (e a do pesquisador) ilustra o fato de que os homens autores de violência tendem a ouvir somente os homens que se parecem com eles, e sobretudo, que praticam os mesmos “jogos de linguagem masculinos” (COWBURN, 2006) – isso constitui um

problema básico do enfrentamento da desigualdade de gênero. Quando Mário relata a surpresa dos homens que constatam o deslocamento entre seu discurso e sua aparência, ele deixa perceber o quão estreita é sua margem de manobra se ele quer se posicionar em ruptura com aquilo que Dejours (1987) chama de ideologia viril. Para não prejudicar a qualidade da relação – condição necessária da produtividade do trabalho –, o mais prudente é agir “por dentro”. Essa recusa da “maquiagem de gênero” é uma atitude engajada, arriscada, sempre no limite da reprodução dos preconceitos que se pretende combater (COWBURN, 2006; FLOOD, 2015), e que o torna irremediavelmente suspeito aos olhos das organizações feministas das quais são oriundos e das quais seu trabalho depende.

Ética do cuidado e politização da masculinidade

Examinaremos agora os recursos que permitem que os facilitadores – ou pelo menos alguns deles – cultivem seu compromisso ético com os participantes apesar dessas condições adversas, suportando a longo prazo a ambiguidade inerente a seu trabalho e as acusações de conivência com a violência dos homens. Prolongando a analogia com o estudo de caso de Saranovic (2001), compararemos esses recursos à “tomada de consciência feminista”, possível antídoto aos transtornos que afetam a equipe do abrigo de mulheres.

Os três facilitadores entrevistados não são iguais na sua reação ao encontro com o trabalho, uma vez que este é próprio a cada pessoa. Mário, embora seja o fundador do grupo reflexivo estudado, parece ter se afastado com o tempo do contato com a prática. Alegando uma incompatibilidade de horários, parou de participar aos encontros semanais do grupo pouco depois da entrada no campo do pesquisador. Parecia se distanciar cada vez mais dos seus dois colegas que, após três anos,

acabaram lhe significando que não fazia mais parte do coletivo. Hélder, por sua vez, tinha acabado de integrar o coletivo no início da pesquisa, e era considerado por seus dois colegas como um aprendiz. Em diversas ocasiões, embora isso nunca transpareceu na sua prática, ele também me pôs a par de sua irritação e até da indignação que lhe causavam os dizeres de alguns participantes.

No caso desses dois facilitadores, como no caso do pesquisador, sua irritação ou desconforto no contato com os homens autores de violência podem ser associados à sua inevitável tendência em se perceber como diferentes: no extrato da entrevista com Mário já citado, este último destaca com algum orgulho sua aparência viril, necessária a seu trabalho; no entanto, ele se considera “diferente” *por dentro*. Hélder também compartilhou com o pesquisador seu sentimento de representar “uma masculinidade mais complexa”, “que não é dicotômica”, por contraste com os participantes do grupo. Disse que procurava representar para eles “uma referência masculina”; por isso, na medida em que os participantes do grupo demoram ou se recusam a seguir seu próprio exemplo, torna-se mais difícil para ele encontrar um sentido no seu trabalho.

Vicente, por outro lado, não manifestou junto ao pesquisador * nenhuma impaciência deste tipo. Ao falar do sentido do

* Desde o início da sua entrevista, Vicente tomou as rédeas da conversa e deixou poucas oportunidades para o pesquisador se expressar. Por contraste, Mário e Hélder deixaram o pesquisador instaurar um quase interrogatório, e expressaram em várias ocasiões ideias que o pesquisador tinha também defendido em outras ocasiões em sua presença. Assim, se Mário e Hélder não manifestaram a mesma posição perante a masculinidade reivindicada por Vicente, isso pode ser por um efeito de autocensura provocada pelo pesquisador. Esta tendência a adotar as mesmas opiniões “feministas” do pesquisador também pode ser responsável pela maior dificuldade deles, em comparação com Vicente, na sua relação com os homens autores de violência.

seu trabalho, ele afirma concebê-lo como uma “aventura”, um diálogo ainda aberto, e expressa o prazer – o estímulo intelectual – que ele encontra nessa indefinição. Parece que ele aceita em certa medida ser levado pelos participantes aonde quer que eles queiram ir, enquanto Mário e Hélder tenderiam a querer definir o caminho e o destino da reflexão do grupo.

Por isso, é no discurso de Vicente que, primeiro, reparamos um paralelo com as propostas de Saranovic, embora existam elementos de uma reflexão semelhante na fala dos seus colegas. Podemos dizer que a base da posição defendida por Vicente consiste em afirmar “somos todos homens autores de violência”, em espelho à posição feminista “somos todas mulheres violentadas” evocada por Saranovic. Em efeito, Vicente é o único a reivindicar seu uso do pronome “nós” para se referir aos homens em geral e no âmbito do grupo; uso que ele justifica no plano político, mas também no plano emocional – o plano da *racionalidade pática* tal como a definimos na introdução:

[...] esse estágio de chegar a um plano coletivo, eu acho que é para mim um grande avanço. É o melhor avanço de todos: se entender agora não como sujeito individualizado, privatizado, mas um sujeito coletivo. Que a masculinidade, as contradições do capitalismo, as contradições do machismo e tal, se apresente para eles também, e que eles possam se pensar também como sujeitos que também vivem essa contradição. Ser homem é bom, mas também tem seus problemas. O que é que eu quero dessa masculinidade? O que é que eu posso fazer com isso? Quer dizer, ele percebe a formação social de – estou exagerando, mas a minha ideia é essa, é entender que isso é um processo de formação, de educação, de socialização, ideológico [...]. Quer dizer, não estou falando uma coisa que pra mim é meio idealizada, mas... A chegar a uma ideia de um sujeito que pode colocar[-se] em xeque sem... Entrar na crise, a tal da crise, e viver angústia daquilo que ele traz.

Aqui Vicente fala em primeiro lugar da tomada de consciência que ele tenta provocar nos homens do grupo; no entanto, no âmbito da entrevista da qual essa passagem é extrata, fica claro que Vicente evoca também a compreensão que guia sua própria relação com o trabalho, pois ele já usou a palavra “crise” na hora de relatar os momentos-chave da sua própria história de vida.

Vicente considera aqui uma dupla função da dimensão política de sua relação com a masculinidade. Por um lado, a politização tem um efeito que poderíamos qualificar de externo: permite pensar na dimensão social da violência dos homens contra as mulheres. A adesão a um “nós, homens violentos” permite aceitar que o problema seja comum, e que as evoluções pessoais sejam tão lentas como as mudanças sociais das quais são um reflexo: em vez de almejar transformações pessoais radicais, Vicente almeja a formação de uma consciência reflexiva – uma consciência política – a respeito do que “somos”, daquilo que “nos” constrói: essa consciência seria a condição da liberdade perante os determinismos sociais.* Resta saber como pensar o paradoxo consistindo a querer libertar o “opressor”.

O paradoxo se resolve considerando a função “interna” da politização. Vicente procura facilitar a confrontação dos homens – e sua própria confrontação pessoal – aos aspectos mais negativos, logo angustiantes, da identidade masculina: é isso que ele chama “entrar na crise”. Passar do “sujeito individualizado” ao “sujeito coletivo”, graças ao uso do pronome “nós”, significa, em outros termos, mobilizar a psique coletiva do grupo de homens a serviço da integridade psíquica de cada um dos seus membros. Isso permite identificar-se à negatividade da experiência dos homens autores de violência – sendo um

* Essa compreensão socio-histórica da subjetividade é característica da vertente teórica à qual Vicente participa no plano acadêmico (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001).

deles ou não –, aliviando o peso da culpabilidade individual e repartindo-a nos ombros de todos, não para isentar-se da responsabilidade de agir, mas pelo contrário, para facilitar a ação coletiva: essa responsabilidade coletivizada paralisa menos do que a culpa individualizada promovida pela instituição judiciária (a qual conduz, no melhor caso, a negar ou minimizar a violência, e no pior caso, a assumi-la cingidamente ou reivindicar uma mudança pessoal de ordem discursiva e sem fundamentos psicossociais*). É também nessa relação coletiva que a dimensão do cuidado com o outro é mais presente, extraindo os homens de sua suposta monstruosidade para privilegiar e promover uma humanidade comum.

Assim, a politização da identidade masculina reivindicada por Vicente (e praticada por todos os facilitadores, como atesta a observação da sua prática), fruto da sua trajetória indissociavelmente familiar, militante e acadêmica, torna possível o seu trabalho: facilita sua solidariedade com os homens autores de violência sem, portanto, que isso implique que ele seja também violento, ou ainda, sem que isso implique que ele seja solidário de sua violência. É isso que marca a diferença entre os homens que suportam ou não suportam a frequência do grupo: alguns aceitam, e outros se recusam a considerar sua parte de responsabilidade na violência de certos homens contra as mulheres. Na ótica defendida pelos facilitadores do grupo, mesmo os homens que não exercem nenhuma violência ainda compartilham a mesma identidade de gênero e, portanto, se beneficiam de certas vantagens em relação às mulheres, obtidas

* A contramão das práticas dominantes que promovem a “responsabilização” em nome da proteção das mulheres, alguns estudos sugerem que negar a responsabilidade do crime ajudaria os homens acusados de violência contra mulheres a não reincidir, e assumir a identidade de agressor dificultaria sua mudança subjetiva e comportamental (AUGUSTA-SCOTT, 1999; BROWN, 2002).

graças à violência dos outros. Por exemplo, quando a mídia e a segurança pública denunciam e reprimem preferencialmente a violência contra mulheres em função da classe e raça dos homens denunciados (SANTOS; LIMA, 2013; VASCONCELOS, 2013), isso valoriza, por contraste, as masculinidades brancas e das classes privilegiadas. Neste contexto, os facilitadores do grupo incentivam uma forma de responsabilização masculina que decorre do simples fato de ser homem: trata-se não apenas de não recorrer pessoalmente à violência, mas além disso, de prevenir a violência dos outros homens. Isto implica mobilizar competências relacionais adquiridas no âmbito da socialização masculina, para facilitar o diálogo entre homens. Em vez de rejeitar a masculinidade que os une com os homens autores de violência, os facilitadores procuram, então, cultivá-la. Este tipo de posicionamento se aproxima daquilo que Joan Tronto chama *responsabilidade relacional* (TRONTO, 2012) e reflete sua consciência do seu lugar nas relações sociais de sexo.

“Contaminação”, clivagem e divisão sexual do trabalho

Porém, isso não basta. Junto com essa politização da masculinidade, todos os facilitadores do grupo usam diversas estratégias defensivas, muitas vezes conscientes, para não serem diretamente confrontados à vivência das mulheres em situação de violência. Nunca dialogam diretamente com as mulheres que acusam os homens do grupo de violência. Evitam ler os boletins de ocorrência que descrevem os atos pelos quais os participantes são autuados. Senão, diz Mário, ele não conseguiria “ouvir” aqueles homens, pois seria “contaminado” pela “percepção e a representação dos problemas” próprias ao ponto de vista das mulheres.

Segundo Hélder, este fenômeno de “contaminação” teria uma base emocional. Sua experiência passada de trabalho jun-

to a mulheres em situação de violência lhe fez perceber o contraste entre “os rios de lágrimas das mulheres” e a sobriedade do sofrimento dos homens. Este contraste na expressividade do sofrimento explicaria, mais do que a eventual assimetria da violência, que os relatos das mulheres “contaminem” o auditor, impedindo-o de compreender os homens autores de violência a não ser como “monstros”, “homens perversos, cruéis”.

Hélder e Mário insistem sobre a necessidade de uma divisão do trabalho, que opera como uma clivagem protetora da integridade psíquica: os trabalhadores encarregados de ouvir os homens não podem também pretender ouvir as mulheres, e vice-versa. Apenas Vicente não fala explicitamente dessa necessidade. No entanto, a mesma estratégia transparece quando ele evoca, durante a entrevista, sua compreensão teórica das relações sociais de sexo. Como seus dois colegas, ele evita então falar muito diretamente das violências dos homens contra as mulheres e dos privilégios que isso confere ao conjunto dos homens. Usa fórmulas vagas tais como “Ser homem é bom, mas também tem seus problemas” (conforme citado no extrato acima).

Por outro lado, os três facilitadores desenvolvem mais seu discurso a respeito das violências entre homens, e mais ainda, a respeito das “violências” que os homens impõem a si mesmos em nome da masculinidade: conformismo viril, necessidade de sempre comprovar sua virilidade, inclusive através de comportamentos arriscados e de violência, restrição das emoções e da relação com o corpo, peso da responsabilidade econômica no casal e na família, alienação em relação às mulheres e às crianças... Segundo Mário, “a primeira violência que um homem pratica, na vida dele [...] é contra ele mesmo. [...] A violência praticada contra a mulher [...] é um desdobramento dessa violência.” Enfim, falam muito no âmbito do grupo da violência das mulheres contra os homens, e do modo como essa violência é socialmente negada ou não é levada a sério: segundo eles, isso contribui para isolar os homens e facilita seu próprio uso de

violência contra as mulheres. Insistir nessas violências sofridas pelos homens torna, por contraste, a violência dos homens mais tolerável, o que facilita os vínculos de solidariedade entre homens, necessários para seu trabalho.

Conclusão

Uma originalidade do trabalho no grupo reflexivo, que desnortea o observador, é o modo como os facilitadores mobilizam a virilidade social: em parte contra o cuidado – no que remete à impossibilidade de ouvir o que as mulheres têm a dizer a respeito da violência dos homens – mas sobretudo, e em contrapartida, a serviço de uma ética do cuidado centrada na relação entre homens. Trata-se de uma forma de educação moral diferente (e complementar?) daquela promovida pela instituição judiciária, que consiste em apostar que ensinar aos homens a cuidar de si e dos seus pares também os capacitará para cuidar melhor das mulheres – ou pelo menos, que aquele cuidado dispensado entre homens aliviará o trabalho das mulheres que, cedo ou tarde, terão que cuidar deles.

Um dos obstáculos para este trabalho de cuidado reside na relação subjetiva dos técnicos com sua própria masculinidade. Eles podem até dispor dos recursos necessários para elaborar coletiva e politicamente o sentido de sua ambígua relação com a violência masculina, mas, mesmo assim, vimos que eles se defendem, evitando o quanto for possível o confronto com as queixas das mulheres. Constataram que uma mesma pessoa não pode compreender tanto os homens quanto as mulheres em situação de violência: por isso, posicionam-se a favor de uma forma de divisão do trabalho: enquanto eles cuidam dos homens, as feministas cuidam das mulheres. Por isso, eles sempre cultivaram parcerias com movimentos feministas. Porém, a clivagem defensiva também traz o risco de um comprometimento com

ideologias masculinistas, ou seja, com a defesa dos homens que se consideram vítimas das mulheres e do feminismo (ARONOVICH, 2012; BLAIS; DUPUIS-DÉRI, 2012; DUPUIS-DÉRI, 2009; GUIONNET, 2012)

Deste ponto de vista, a localização física e administrativa do grupo reflexivo dentro de um coletivo feminista, assim como sua constante permeabilidade a diversos observadores, estagiários ou jovens pesquisadores, poderiam servir de proteção. Embora isso provoque interferências que perturbam o trabalho no grupo, também impede o fechamento do grupo sobre si mesmo e estimula a reflexão ao introduzir vozes dissonantes.

Resta saber se isso é uma estratégia consciente por parte dos facilitadores. Para o pesquisador, foi impossível evitar ser “contaminado” pelos relatos da experiência das mulheres, ou ainda, evitar ser confrontado pelos privilégios que essa violência lhe confere – mesmo que ele não a pratique*: o pesquisador não quis prejudicar suas relações com os meios feministas acadêmicos e militantes nos quais essa pesquisa é inserida. Será que os facilitadores não desconfiavam disso ao aceitar o pesquisador no campo?

Este contexto científico, aliando psicologia social crítica e estudos de gênero, incentivou a exposição do pesquisador a todas as fontes potenciais de compreensão, de modo a “viver” a dissonância que isso produziria, e poder assim descrevê-la. O fato é que essa dissonância acabou impedindo o observador-

* Os homens que, como o pesquisador, alimentam sua reputação de não-violência, se beneficiam em troca do prestígio acordado àqueles que são “donos” de si (FOUCAULT, 1984). Mas tal prestígio só vale enquanto existem homens violentos aos quais se podem comparar. Por isso a constatação da perturbadora semelhança entre si e os homens violentos pode incitar alguns homens a acentuar a diferença necessária para a comparação. Isso é positivo na medida em que encoraja a não-violência; no entanto, isso impede o necessário diálogo com os homens autores de violência, outra face da ação preventiva.

-participante de tolerar a dinâmica do grupo de homens. Em compensação, este fracasso trouxe ao pesquisador uma consciência maior das defesas necessárias ao exercício prolongado do papel de facilitador no contexto da intervenção estudada.

Neste contexto, quaisquer sejam as estratégias adotadas por eles, os facilitadores dificilmente podem defender o ponto de vista das mulheres no âmbito do grupo sem arruinar a sua relação empática com os participantes (como aconteceu com o pesquisador). Não obstante, em última instância, o sentido do seu trabalho depende da sua responsabilidade perante as mulheres. Para não perder este sentido, os facilitadores poderiam precisar da presença regular no âmbito do grupo de testemunhas representando pontos de vista feministas: isso explicaria certa persistência em convidar tais testemunhas, apesar da conflitualidade inerente à sua participação.

Referências

- ANCHIETA, V.; GALINKIN, A. L. Une recherche auprès d'une unité de protection de l'enfance au Brésil: un renoncement à l'“éthos guerrier” ? *Nouvelle revue de psychosociologie*, v. n° 17, n. 1, p. 59-67, 1 abr. 2014.
- ARONOVICH, L. O masculinismo como ele é. *Escreva Lola Escreva*, 10 maio 2012. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/05/o-masculinismo-como-ele-e.html>>. Acesso em: 24 fev. 2016
- AUGUSTA-SCOTT, T. *Reinventing the wheel: finding new stories for men who batter*. Master of Social Work—Halifax, Nova Scotia, Canada: Dalhousie University, 1999.
- BAILEY, B.; BUCHBINDER, E.; EISIKOVITS, Z. Male social workers working with men who batter: dilemmas in gender identity. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 26, n. 9, p. 1741-1762, jun. 2011.

- BAILEY, B.; EISIKOVITS, Z.; BUCHBINDER, E. Battering Men and Their Male Therapists: The Different and the Similar. *Journal of Family Violence*, v. 27, n. 5, p. 465-476, 2012.
- BERNARD, F.-O. *Prises de conscience liées à la socialisation de genre d'intervenants masculins auprès d'hommes aux comportements violents*. Laval, Québec, Canada: Université Laval, 2010.
- BLAIS, M.; DUPUIS-DÉRI, F. Masculinism and the Antifeminist Countermovement. *Social Movement Studies*, v. 11, n. 1, p. 21-39, jan. 2012.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. DA G. M.; FURTADO, O. (EDS.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BROWN, M. "We are neutral therapists": Psychology, the state and social control. *Australian psychologist*, v. 37, n. 3, p. 165-171, 2002.
- CISNE, M. Relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe: Uma análise feminista-materialista. *Temporalis*, v. 2, n. 28, p. 133-149, 2014.
- COMPROMISSO E ATITUDE. *Compreensões como a da fragilidade física ou da hipossuficiência como caracterizadoras do gênero revelam a discriminação*. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/entrevista-ela-wiecko/>>. Acesso em: 14 nov. 2014.
- COWBURN, M. Consultancy to groupwork programmes for adult male sex offenders: Some reflections on knowledge and processes. *British Journal of Social Work*, v. 30, n. 5, p. 635-648, 10 jan. 2000.
- COWBURN, M. Constructive work with male sex offenders: male forms of life, language games and change. In: GORMAN, K. et al. (Eds.). *Constructive Work with Offenders*. London: Jessica Kingsley, 2006. p. 159-176.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.
- DEJOURS, C.; DESSORS, D.; MOLINIER, P. Comprendre la résistance au changement. *Documents pour le médecin du travail*, v. 58, p. 112-117, 1994.
- DELPHY, C. *L'ennemi principal*. Paris: Syllepse, 1998.
- DEVEREUX, G. *From anxiety to method in the behavioral sciences*. The Hague: Mouton & Co, 1967.
- DUNN, J. L.; POWELL-WILLIAMS, M. "Everybody Makes Choices": Victim Advocates and the Social Construction of Battered Women's Victimization and Agency. *Violence Against Women*, v. 13, n. 10, p. 977-1001, 2007.
- DUPUIS-DÉRI, F. Le "masculinisme": une histoire politique du mot (en anglais et en français). *Recherches féministes*, v. 22, n. 2, p. 97, 2009.
- FLOOD, M. Work with men to end violence against women: a critical stocktake. *Culture, Health & Sexuality*, p. 1-18, 28 set. 2015.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité, vol. 3: Le souci de soi*. Paris: Gallimard, 1984. v. 3
- GOMES, C. DE M. *Quem é a mulher vulnerável e hipossuficiente?*, 5 jul. 2013. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/07/quem-e-a-mulher-vulneravel-e-hipossuficiente/>>. Acesso em: 26 ago. 2015
- GUIONNET, C. Introduction. Pourquoi réfléchir aux coûts de la domination masculine ? In: DULONG, D.; GUIONNET, C.; NEVEU, E. (ed.). *Boys don't cry ! Les coûts de la domination masculine*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2012. p. 7-38.
- JEWKES, R.; FLOOD, M.; LANG, J. From work with men and boys to changes of social norms and reduction of inequities in gender relations: a conceptual shift in prevention of violence against women and girls. *The Lancet*, v. 385, n. 9977, p. 1580-1589, abr. 2015.
- MOLINIER, P. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. *Psicologia em Revista*, v. 10, n. 16, p. 227-242, 2004.

MOLINIER, P. Corps, fantômes et troubles de l'empathie. Une expérience de recherche sur la souffrance dans l'élevage industriel de porcs. In: ATTIGUI, P.; CUKIER, A. (Eds.). *Les paradoxes de l'empathie. Philosophie, psychanalyse, sciences sociales*. Paris: Editions CNRS Alpha, 2011. p. 297-317.

MOLINIER, P. Ética e trabalho do care. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Eds.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 29-43.

MOLINIER, P. *O trabalho e a psique – Uma introdução à psicodinâmica do trabalho*. Tradução Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2013.

PAIVA, V. A dimensão psicossocial do cuidado. In: PAIVA, V.; CAZALANS, G.; SEGURADO, A. (Eds.). *Vulnerabilidade e Direitos Humanos – Prevenção e promoção da saúde: entre indivíduos e comunidades – Livro II*. Curitiba: Juruá, 2012. p. 41-70.

PRATES, P. L.; ANDRADE, L. F. *Grupos reflexivos como medida judicial para homens autores de violência a mulher: o contexto sócio-histórico*. In: FAZENDO GÊNERO 10. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386779075_ARQUIVO_PaulaLicursiPrates.pdf>.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, A. C. B. DOS; LIMA, V. L. DE A. *O perfil do homem autor de violência contra as mulheres na versão da mídia impressa para a contribuição para a enfermagem..* In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL. 2013 Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364938636_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2013definitivo.pdf>

SARANOVIC, L. *Travailleuses sociales dans un foyer de femmes battues: comment rester femme quand on n'est pas féministe ? Travailler*, v. 5, n. 1, p. 137, 2001.

SCHRAIBER, L. B. Necessidades de saúde, políticas públicas e gênero: a perspectiva das práticas profissionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 10, p. 2635-2644, out. 2012.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Rede de enfrentamento à violência contra mulheres*. Brasília: Assessoria de Comunicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

TERRA, M. F.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; SCHRAIBER, L. B. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. *Athenea Digital*, v. 15, n. 3, 2015.

TRONTO, J. C. *Moral boundaries. A political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993.

TRONTO, J. C. Partiality based on relational responsibilities: another approach to global ethics. *Ethics and Social Welfare*, v. 6, n. 3, p. 303-316, 2012.

UNAIDS. *Peer education and HIV/AIDS: Concepts, uses and challenges: UNAIDS Best Practice Collection*. Geneva: UNAIDS, 1999. Disponível em: <http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/jc291-peereduc_en_0.pdf>.

VASCONCELOS, F. E. A. *Da prisão à "ressocialização": Masculinidades aprisionadas na execução da "Lei Maria da Penha"*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 03 2013.

ZIMMERMAN, J. Not All Men: A Brief History of Every Dude's Favorite Argument. *Time*, 28 abr. 2014.